

## Relatório para a Assembleia Geral da ONU: O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS LGBT

A pandemia de COVID-19 é um desafio global sem precedentes, que exacerbou as desigualdades prevalentes em todas as regiões do mundo. A Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu que "os mais pobres e vulneráveis são os mais atingidos pela pandemia" e o Secretário-Geral da ONU observou que "estão se destacando profundas desigualdades econômicas e sociais, sistemas inadequados de saúde e de proteção social que requerem atenção como parte da resposta de saúde pública".

Um amplo processo de diálogo foi iniciado pelo IE SOGI em março de 2020. No total, mais de 1 mil indivíduos de mais de 100 países contribuíram com

evidências e perspectivas anedóticas sobre as implicações da pandemia em pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e de gêneros diversos (LGBT).

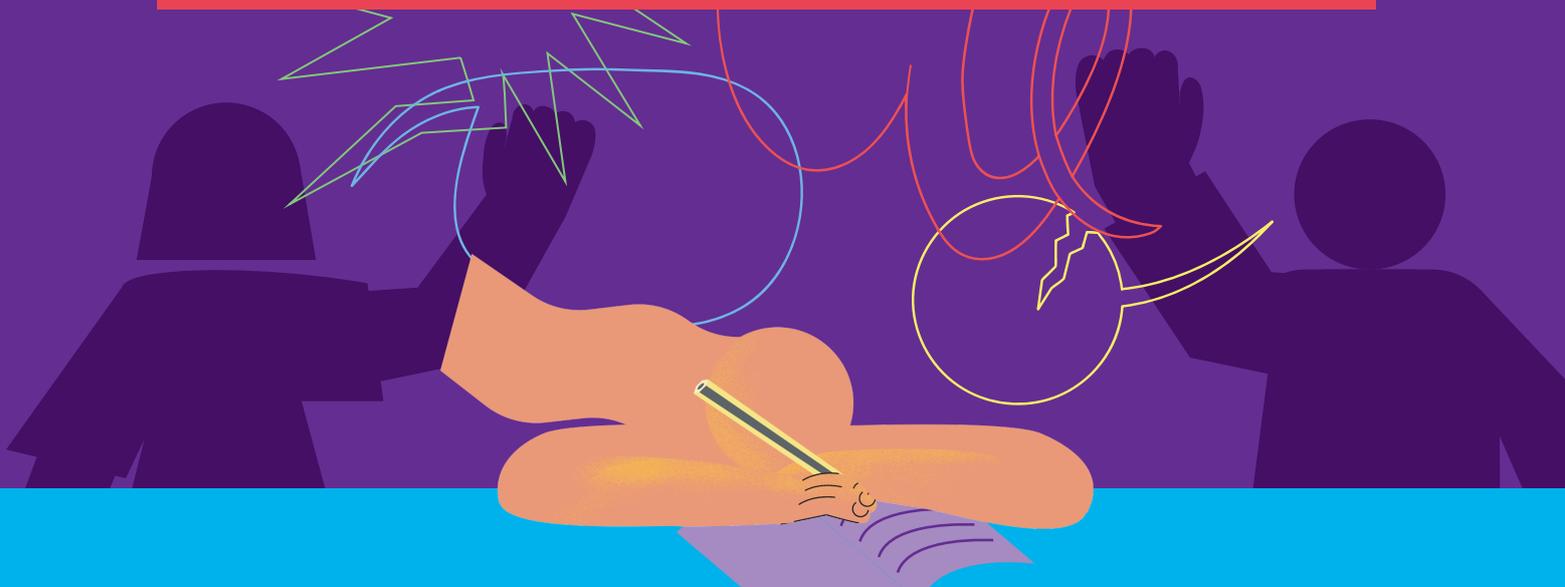
As informações recebidas permitiram que o IE SOGI concluísse que a COVID-19 tem um impacto desproporcional na vida das pessoas LGBT; que, com poucas exceções, a resposta à pandemia reproduz e exagera os padrões de exclusão social e de violência já identificados pelo IE SOGI; e que medidas urgentes devem ser adotadas pelos Estados e outras partes interessadas para garantir que as respostas à pandemia sejam livres de violência e discriminação baseadas em orientação sexual e identidade de gênero.

### Preocupações de direitos humanos das pessoas LGBT no contexto da pandemia:

**Violência:** As diretrizes para ficar em casa, o isolamento, o aumento do estresse e a exposição a membros desrespeitosos da família exacerbam o risco de violência, com particular impacto em idosos e jovens. Uma pesquisa recente no Irã descobriu que mais de 50% dos entrevistados sofreram mais violência desde o início da pandemia. Submissões relacionadas à Europa relataram um aumento na

violência doméstica na maioria dos países pesquisados. As restrições de movimento criaram um risco exacerbado de abuso durante os controles nas ruas, com relatos de prisões seletivas; detenções arbitrárias, crimes de ódio, como exposição prejudicial nas redes sociais; e um aumento geral dos maus tratos a pessoas LGBT na esfera pública.

A violência obviamente não é apenas física, mas também psicológica. Devido à instabilidade socioeconômica, a incapacidade de sair de ambientes abusivos, bem como o agravamento da ansiedade e outras condições pré-existentes relacionadas ao bem-estar mental e emocional, as pessoas LGBT sofreram impacto significativo com a pandemia. Os serviços de apoio relataram uma percepção da deterioração da saúde mental e aumento da demanda por assistência psicológica - uma fonte revela que quadruplicou o número de casos em que uma pessoa LGBT ligou procurando ajuda com intenções suicidas.



# Especialista Independente das Nações Unidas em proteção contra a violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero – IESOGI

**Disparidades sociais:** pessoas LGBT estão desproporcionalmente representadas nas estatísticas dos pobres, das pessoas em situação de rua e das que não têm assistência médica, o que significa que elas podem ser particularmente afetadas como resultado da pandemia. Em muitos contextos, as pessoas LGBT dependem desproporcionalmente do setor informal para obter renda. Quando formalmente empregados, as pessoas LGBT são mais propensas a trabalhar em indústrias altamente prejudicadas pela pandemia,

como restaurantes e serviços de alimentação, varejo, higiene, educação do setor público, hospitais e trabalho sexual. Pessoas LGBT que vivem em situação de rua, agora são obrigadas a contar com programas de habitação social e abrigos que muitas vezes não são seguros para populações estigmatizadas. Ademais, também enfrentam o dilema de viver em espaços comunitários abarrotados (o que causa problemas de saúde) ou serem compelidos a retornar para famílias e comunidades hostis.

**Acesso a serviços e cuidados de HIV:** Interrupções no serviço foram relatadas ao IE SOGI de todas as latitudes do mundo. Uma pesquisa global descobriu que 23% dos participantes vivendo com HIV perderam o acesso a provedores de cuidados ao HIV como resultado das medidas de isolamento social da COVID-19. Pessoas vivendo com HIV, incluindo pessoas LGBT, lutam para acessar seus medicamentos, pois os governos despriorizaram tais serviços ou designaram pontos típicos de distribuição de medicamentos e atendimento médico como centros para COVID-19, compelindo portadores de HIV a viajar mais longe para obtê-los.

**Criminalização:** Os contextos de criminalização sempre criaram barreiras significativas para pessoas de orientação sexual e identidade de gênero diversas. Em Uganda, logo após o governo ordenar um bloqueio relacionado à COVID-19, um abrigo para pessoas LGBT foi invadido por vizinhos e forças de segurança militar, e 23 pessoas no abrigo foram presas. Uma busca foi realizada no abrigo para encontrar evidências de "homossexualidade". Dois dos presos foram espancados e todos foram submetidos a insultos verbais devido à sua orientação sexual percebida. Dezenove dos detidos foram formalmente acusados de envolvimento em "um ato negligente que pode espalhar a infecção de doenças" e "desobediência de ordens legais".

**Demonização:** O uso de vidas LGBT como bode expiatório e combustível para o ódio também foi evidenciado nas respostas à pandemia. Pessoas LGBT estão sendo apontadas, culpadas, abusadas, encarceradas e estigmatizadas como vetores de doenças durante a pandemia da COVID-19. Há declarações de líderes religiosos e políticos atribuindo a culpa pelo surgimento da pandemia à existência de

pessoas LGBT, suas famílias, ou grupos sociais e instituições a elas relacionados. Relatos de tais declarações vêm de pelo menos 12 países europeus, incluindo Ucrânia e Geórgia; e também da Turquia, Iraque, Gana, Libéria, Zimbábue e Estados Unidos.

**Patologização:** Informes mostram uma conexão clara entre a falta de reconhecimento legal da identidade de gênero e problemas de acesso a bens e serviços. Além disso, alguns governos usaram a pandemia como desculpa para instituir legislação regressiva, como disposições que aumentam as penalidades por exposição ou transmissão do HIV – assim exacerbando o estigma contra pessoas que vivem com HIV. Na Hungria, uma contestada alteração legal pretende proibir pessoas trans de alterar legalmente seu gênero. Em geral, o acesso a terapias de afirmação de gênero é preocupante. Antes da pandemia, os períodos de espera já eram muito longos; agora, foram ainda mais postergados ou encontram-se completamente indisponíveis. Dentre muitos casos, terapias e cuidados para afirmação de gênero foram considerados "não essenciais".

**Pessoas LGBT migrantes:** Estados adotaram medidas sem precedentes de fechamento de fronteiras e limitações estritas às viagens internacionais. Os riscos relacionados variam de homofobia exacerbada e estigmatização que pode causar uma regressão na política de refúgio e asilo internacional; além de intensificação da violência contra pessoas LGBT nos países de origem e do risco nefasto de que a COVID-19 se estabeleça em campos de refugiados que oferecem poucas possibilidades de distanciamento físico ou estão mal atendidos em termos de serviços básicos de saúde, água e saneamento.



## Uma resposta à pandemia a partir da abordagem de direitos humanos:

As medidas adotadas pelo Estado devem obedecer aos princípios de igualdade e não-discriminação, participação, empoderamento e responsabilização; além disso, tais medidas devem ser efetivamente necessárias para combater a crise de saúde pública provocada pela pandemia e serem razoáveis e proporcionais ao seu propósito legítimo. Não se deve abusar dos poderes emergenciais concedidos para o enfrentamento da pandemia.

**Não-discriminação:** Os governos não devem usar as medidas da COVID-19 para atingir ou perseguir pessoas com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero. Por exemplo, usar a pandemia para justificar a introdução ou aprovação de legislação que limita ou retira direitos, ou ainda adia a entrada em vigor de direitos exigidos judicialmente. As medidas relacionadas ao COVID-19 também aumentam significativamente o risco de discriminação indireta. Diversas contribuições fizeram menção a medidas que, mesmo sem intenção discriminatória evidente ou explícita, tiveram impacto discriminatório. Quarentenas com restrições baseadas em gênero, por exemplo, revelaram-se problemáticas em geral, mas particularmente em contextos em que pessoas com identidade de gênero diversa não têm acesso ao reconhecimento legal de sua identidade, o que levou a abusos e maus-tratos.

**Participação:** Organizações da sociedade civil relataram a diminuição do acesso a legisladores e oportunidades de fazer incidência política em diversos setores e apontaram a existência de um ciclo fechado, dificultando que as pessoas LGBT conseguissem ter suas necessidades básicas atendidas. Foi relatado que as preocupações consideradas como “questões LGBT” não eram vistas como prioritárias no momento.

No entanto, o mandato também recebeu informações de boas práticas na resposta do Estado, que podem ser atribuídas a três fatores principais: a) engajamento de longo prazo dos agentes políticos com organizações da sociedade civil; b) vontade política - especialmente de autoridades locais - para garantir melhor governança por meio da inclusão; e c) a construção e o cultivo de relacionamentos confiáveis entre grupos LGBT e governos locais ao longo do tempo.

**Empoderamento:** Muitas organizações da sociedade civil tiveram suas fontes de renda significativamente reduzidas ou suspensas praticamente da noite para o dia, e várias outras têm grande preocupação com suas perspectivas de financiamento futuro. Ainda assim, sob grande dificuldade, diferentes iniciativas foram empreendidas para enfrentar as consequências da pandemia em suas comunidades, especialmente em respeito à facilitação de acesso a alimentos, abrigo e outros bens e serviços básicos. A sociedade civil LGBT também foi extraordinariamente eficaz na transição para modelos de reuniões online, na construção de redes de solidariedade, no fortalecimento de ferramentas de monitoramento e relatórios, e também na implementação de campanhas de conscientização.



# Especialista Independente das Nações Unidas em proteção contra a violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero – IESOGI

## Medidas Efetivas dos Estados

Três processos fundamentais devem ser mantidos ou implementados: a decisão política de reconhecer e acolher a diversidade na orientação sexual e identidade de gênero; adotar medidas decisivas para desconstruir o estigma; e adotar abordagens baseadas em coleta de dados e evidências, contando com o envolvimento de organizações LGBT no desenho da resposta governamental.

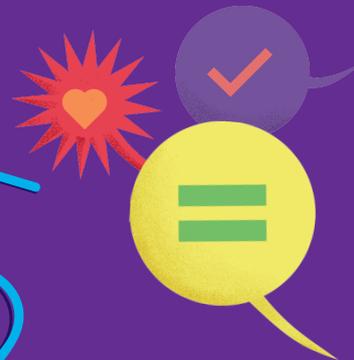
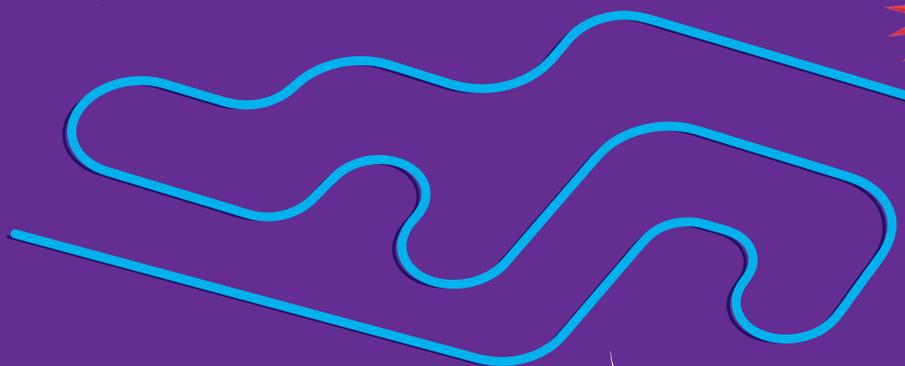
**Dar visibilidade às vidas LGBT nas políticas públicas:** Os Estados devem reconhecer a existência de pessoas LGBT sob sua jurisdição e constatar que sua orientação sexual e identidade de gênero são a raiz da violência e da discriminação que as tornam mais vulneráveis diante da pandemia. Boas práticas foram identificadas no Peru e na Espanha, que publicaram orientações sobre os diferentes programas de apoio econômico disponíveis para pessoas LGBT, incluindo abrigo, saúde e apoio emocional. Em Buenos Aires, Argentina, dados disponíveis permitiram que processos para garantir a continuidade de abrigo para pessoas trans e sua inclusão em programas de renda emergencial fossem acionados preventivamente. Nas Filipinas, foram tomadas medidas para incluir famílias homoparentais com crianças em programas de melhoria social e auxílio em dinheiro, que geralmente são direcionados a famílias lideradas por casais heterossexuais.

**Desconstruir o estigma e proteger as pessoas LGBT da violência e da discriminação:** O IE SOGI recebeu relatos de exacerbação dos discursos de ódio e discriminatórios, muitas vezes feitos por funcionários do Estado. As autoridades de saúde pública em todo o mundo têm se preocupado legitimamente com a desinformação durante a pandemia da COVID-19. Um discurso institucional inclusivo é fundamental para desconstruir o estigma. Por exemplo, na Coreia do Sul, depois que um grupo de novos casos de COVID-19 foi rastreado até um clube gay proeminente em Itaewon, resultando em uma enxurrada de sentimento homofóbico nacionalmente, o governo pediu aos jornalistas e profissionais da mídia que tomassem cuidado e evitassem o vazamento de informações pessoais dos envolvidos. Na França, sistemas nacionais de suporte foram implantados quando a violência doméstica

aumentou, levando ao lançamento de um novo aplicativo de denúncia de homofobia, projetado especificamente para públicos LGBT em risco, onde as vítimas podem denunciar atos de violência e encontrar os serviços de apoio necessários.

**Projetar planos governamentais de enfrentamento à pandemia com base em evidências e com o envolvimento de organizações LGBT:** Diversas contribuições apontaram que os Estados não estão coletando dados sistematicamente, mesmo quando possuem recursos significativos e capacidade para tanto. As informações disponíveis são frequentemente recolhidas por organizações não-governamentais. Na República Dominicana, o PNUD conduziu uma pesquisa online mostrando a redução de renda em famílias com uma ou mais pessoas LGBT, que mostrou que mais da metade dos entrevistados reduziu seu número de refeições diárias. 72% dessas famílias também tiveram dificuldade de acesso a equipamentos de proteção, como máscaras, e 45% das pessoas que precisam de tratamento contínuo de saúde não conseguiram acessá-lo. A desagregação de dados de modo a permitir uma comparação por grupos populacionais também faz parte das obrigações de direitos humanos dos Estados: no estado da Pensilvânia (EUA), uma Força-Tarefa de Disparidade de Saúde determinou a necessidade de coletar dados sobre orientação sexual e identidade de gênero ao estudar o coronavírus para garantir que as necessidades específicas da população LGBT fossem levadas em consideração na formulação de políticas públicas.

Este relatório é parte de um processo integral de recuperação e resposta à COVID-19 livre de violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero. As Diretrizes ASPIRE, divulgadas em junho de 2020, fornecem um conjunto específico de recomendações para esse fim.



 O relatório completo está disponível aqui: <https://undocs.org/A/75/258>

 UNITED NATIONS  
HUMAN RIGHTS  
SPECIAL PROCEDURES  
SPECIAL RAPPORTEURS, INDEPENDENT EXPERTS & WORKING GROUPS

#IESOGI